

Concessionária
Auto Raposo
Tavares S.A.

**Demonstrações financeiras referente ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	27
Balanços patrimoniais	31
Demonstrações de resultados	32
Demonstrações do resultado abrangente	33
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	34
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	35
Demonstrações do valor adicionado	36
Notas explicativas às demonstrações financeiras	37

RELEASE de



RE SUL TA DOS

4º TRIMESTRE
2024

Divulgação Imediata

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi um ano especial para a CART, com conquistas significativas que refletem o compromisso com a qualidade e a excelência.

Concluimos o 2º ciclo de pavimento, recebendo a aprovação da agência reguladora, um marco significativo que evidencia os investimentos e esforços da Cia.

Fomos reconhecidos como a melhor rodovia do país pela Confederação Nacional de Transportes, esta premiação é um testemunho do trabalho árduo investido em áreas cruciais como pavimento, sinalização e geometria. Além disso, a premiação como um dos "Lugares Mais Incríveis para Trabalhar" demonstra a dedicação em proporcionar um ambiente positivo e estimulante para os funcionários.

Esses prêmios não apenas celebram o passado, mas também estabelecem um padrão para o futuro. A determinação em continuar evoluindo e superando desafios é inspiradora, e essa mentalidade de garra, otimismo e comprometimento certamente contribuirá para resultados sustentáveis e uma relação benéfica com a sociedade, clientes e acionistas.

Continuar a trilhar esse caminho de excelência e inovação será fundamental para enfrentar os desafios que virão.

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.



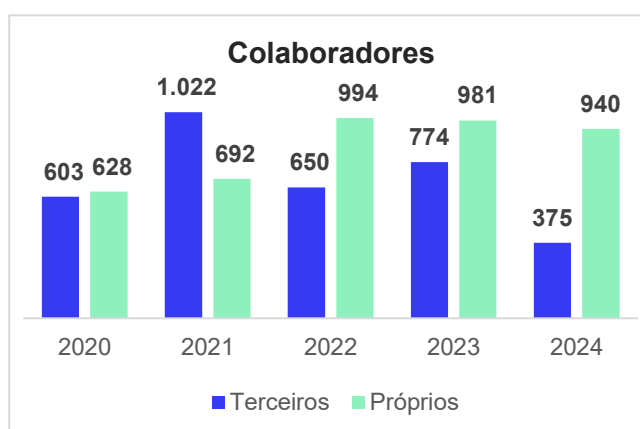
Sustentabilidade e Negócios

PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA

Abaixo são apresentados alguns indicadores de pessoas, saúde e segurança da Companhia nos últimos anos:

Quadro de Colaboradores

Em 2024, houve uma redução no quadro de colaboradores, majoritariamente terceiros, em decorrência da conclusão do ciclo de investimentos vigente. Esse movimento reflete a transição natural entre fases de grandes projetos, com um novo ciclo de investimentos já programado para 2025.



Os 940 colaboradores diretos da CART estão distribuídos em diversas áreas estratégicas, garantindo a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Destes, 408 profissionais atuam diretamente na Operação Viária, oferecendo suporte essencial aos usuários.

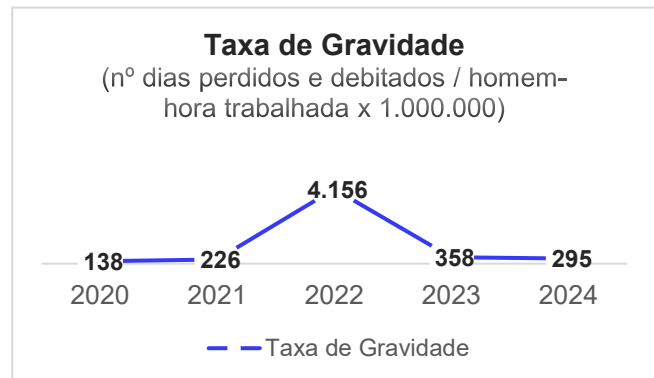
Além disso, a Companhia conta com uma equipe de 350 colaboradores especializados na conservação do revestimento vegetal, pavimento e demais instalações, assegurando a manutenção e a preservação da infraestrutura rodoviária.

No backoffice, 182 colaboradores desempenham um papel fundamental no suporte às operações, abrangendo áreas como Recursos Humanos, Saúde e Segurança Ocupacional, Engenharia, Administração, Finanças, Jurídico e Meio Ambiente. Essa estrutura integrada permite que a CART opere com excelência, garantindo segurança, qualidade e eficiência em suas rodovias.



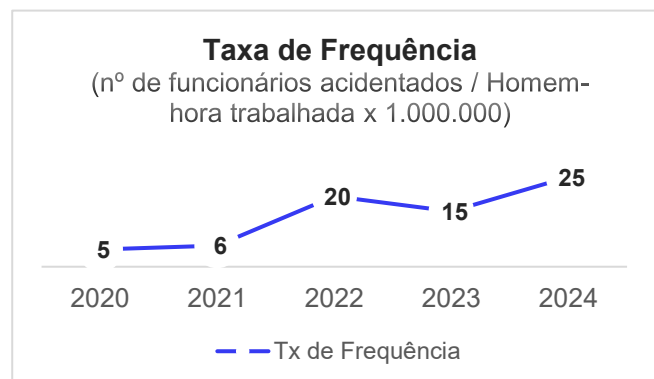
Taxa de Gravidade

Em 2024, a Taxa de Gravidade apresentou redução, refletindo a efetividade das campanhas contínuas de conscientização e das ações preventivas adotadas pela Companhia. O compromisso com a segurança permanece como prioridade.



Taxa de Frequência

A Companhia segue fortalecendo suas campanhas de conscientização e aprimorando continuamente suas iniciativas de segurança, com foco na prevenção, no bem-estar dos colaboradores e na promoção de um ambiente de trabalho cada vez mais seguro.



ÉTICA E COMPLIANCE

Ao longo de 2024, a Companhia fortaleceu a cultura de integridade por meio de treinamentos presenciais de compliance, capacitando os colaboradores e promovendo um ambiente de trabalho ético e alinhado às melhores práticas. Além disso, intensificou a divulgação do Canal de Ética, reforçando o compromisso com a transparência e a responsabilidade nas relações internas e externas.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Programa CART pela Vida

O Programa nasceu em dezembro de 2020 com o objetivo de promover ações de prevenção e redução de acidentes. As atividades incluem conscientização sobre direção segura, saúde, bem-estar e temas socioambientais, sendo desenvolvidas em empresas, espaços públicos, postos de serviços e outros locais parceiros. Em 2024, o CART pela Vida realizou 126 ações, atingindo 8.342 pessoas por meio de suas iniciativas de conscientização.

Programa Educando Caminhos

Destinado aos estudantes e professores, implantamos o Programa Educando Caminhos. Com palestras e atividades pedagógicas, ele tem como objetivo a conscientização voltada a cidadania, educação para o trânsito e sustentabilidade, o programa contou com 4 ações totalizando 1.056 crianças atendidas em 2024.

Programa Turismo da Gente

Baseado nos 17 ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, o programa Turismo da Gente traz na sua essência o conceito de rodovia inclusiva, onde os atrativos turísticos, bem como o potencial de cada município da área de abrangência da CART poderão ser explorados e desenvolvidos, à medida que absorvam o turismo



como atividade econômica. O principal objetivo do Turismo da Gente é apoiar o desenvolvimento do setor na região, a partir da divulgação de destinos turísticos no interior paulista. Em 2024, a Companhia promoveu um evento sobre turismo comunitário na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, reunindo 65 participantes. A iniciativa abordou a 'Economia Circular' e destacou a importância do artesanato local, reforçando o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a valorização das comunidades. Algumas cidades passaram a ter destaque em mídias nacionais depois da divulgação do Turismo da Gente.

Incentivo ao Esporte Armador

O município de Bauru permite o repasse de parte do ISS — 5% (cinco por cento) — devido ao Município para pessoa física ou jurídica de natureza esportiva e sem fins lucrativos, conforme a Lei Municipal nº 3.791/94. Diante de tal previsão, a CART optou por destinar referido montante à Associação Nova Era de Tênis de Mesa de Bauru, entidade referência no ensino e treinamento do tênis de mesa, cuja equipe foi eleita a melhor no Estado de São Paulo e a segunda no Brasil.

Apoio e incentivo a projetos

Em 2024, a CART destinou parte do imposto de renda devido para o financiamento de programas e projetos voltados às áreas de Cultura, Criança e Adolescente, Esporte, Idoso e Oncologia. Os projetos selecionados foram mapeados dentro do eixo de concessão da CART, garantindo que os recursos beneficiem diretamente a região. Esse aporte contribuirá para a ampliação do atendimento social e a melhoria da qualidade de vida da população, além de fortalecer o relacionamento institucional com os municípios.



MEIO AMBIENTE

Comprometida com a sustentabilidade, a CART adota uma postura proativa no monitoramento e avaliação dos impactos ambientais de suas operações. A cada mês, os indicadores ambientais são rigorosamente analisados em reuniões estratégicas de resultados, com foco na identificação de desvios, no planejamento de ações corretivas e na implementação de melhorias contínuas. Além disso, a troca de boas práticas entre as equipes fortalece a cultura de responsabilidade ambiental, assegurando que a companhia não só minimize seus impactos, mas também impulse a evolução constante de seus processos. Entre as diversas iniciativas voltadas para a preservação ambiental implementadas destacam-se:

Programa de Proteção à Fauna

Programa pioneiro no Brasil, voltado à implantação de estruturas de travessia, como passagens de fauna e telamento, para a condução segura dos animais, além de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança viária. Até o momento, já foram implantadas mais de 160 passagens de fauna nas rodovias administradas pela CART (Eng. João Batista Cabral Rennó – SP-225, Orlando Quagliato – SP-327 e Raposo Tavares – SP-270). Observou-se uma redução no número de animais avistados sobre a rodovia, refletindo em maior segurança tanto para os motoristas quanto para a fauna.

As ações do Programa de Proteção à Fauna vão além da mitigação de ocorrências envolvendo animais, buscando também reduzir o efeito barreira causado pela rodovia. A iniciativa favorece a conectividade entre áreas naturais, promovendo a formação de corredores ecológicos que evitam o isolamento populacional e contribuem para a conservação da biodiversidade.

Projeto de Reflorestamento

A CART possui atualmente 653 hectares de áreas de reflorestamento concluídas e 297 hectares em processo de recuperação, totalizando aproximadamente 1.520.000 árvores de espécies nativas. Esses reflorestamentos desempenham um papel fundamental tanto ambiental quanto social, contribuindo para a preservação dos cursos



d'água, a melhoria da qualidade do ar e a criação de habitats para a fauna silvestre. Entre os projetos de reflorestamento na CART, destacam-se:

Projeto de Reflorestamento – Zona de Amortecimento ESEC – Mico-Leão-Preto

Projeto que contempla o plantio de árvores nativas em 257 hectares (428.419 árvores) em áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente no Assentamento Santa Maria II, administrado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Marabá Paulista/SP, com o objetivo de promover a recomposição florestal do local. O projeto está inserido no Plano de Manejo da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, especificamente em sua Zona de Amortecimento, definida como Área Estratégica Externa prioritária para conectividade.

Projeto Corredores de Vida: Resgate da Biodiversidade e Geração de Renda no Pontal do Paranapanema, SP

O projeto contempla o plantio de mudas de árvores nativas em 50 hectares (83.350 árvores) em áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, em uma propriedade localizada no entorno da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto. Após o reflorestamento, essa área contribuirá para a consolidação de um dos maiores corredores ecológicos já implantados na Mata Atlântica do interior, interligando as duas maiores unidades de conservação desse bioma: o Parque Estadual Morro do Diabo (PEMD) e a Estação Ecológica Mico-Leão-Preto (ESECMLP).

Selo Ouro: Programa Brasileiro GHG Protocol

CHG Protocol é um pacote de padrões, orientações, ferramentas e treinamentos para que empresas e governos mensurem e gerenciem as emissões antropogênicas responsáveis pelo aquecimento global.

O Programa Brasileiro GHG Protocol foi criado em 2008 e é responsável pela adaptação do método CHC Protocol ao contexto brasileiro e desenvolvimento de ferramentas de cálculo para estimativas de emissões de gases do efeito estufa (GEE).



Pelo segundo ano consecutivo, a CART reafirma seu compromisso com a sustentabilidade ao conquistar o Selo Ouro do Programa GHG Protocol. No ciclo 2024, foram auditadas as emissões de GEE referentes ao ano de 2023, certificando o inventário corporativo da companhia no mais alto nível de qualificação. O reconhecimento também foi obtido no ciclo anterior, consolidando a CART como referência em gestão e reporte de emissões, alinhada às melhores práticas ambientais.

Sistema de Reuso de Água

A Concessionária desenvolve projetos ambientais focados na recuperação de áreas de preservação. Este restauro da vegetação resulta na formação de corredores verdes que desempenham a importante função de preservar nascentes e mananciais essenciais para o abastecimento de municípios.

Além de iniciativas voltadas à preservação de nascentes e mananciais, a CART deu um passo crucial no combate à escassez de recursos hídricos: a adoção de um sistema de reuso de água, com tecnologia inédita no Brasil.

Os objetivos principais do sistema de reuso são

- Reduzir a utilização de recursos hídricos pela Concessionária;
- Mitigar riscos ambientais;
- Conscientizar colaboradores, usuários e comunidades locais sobre a escassez de água, a necessidade de preservação e o uso racional desse recurso, além de incentivar e valorizar práticas sustentáveis.

A estação de tratamento instalada na base do Serviço de Atendimento ao Usuário 1 (SAU1) foi a pioneira na CART e está em funcionamento desde abril de 2021. Em 2022, dois novos sistemas foram implantados, um na base do Serviço de Atendimento ao Usuário 3 (SAU3) e outro na Praça de Pedágio 3.

Com a operação desses três sistemas, a CART tem a capacidade de atender às necessidades básicas de consumo e higiene de mais de 20 famílias todos os dias.

A cada nova etapa de expansão dessa solução, a Concessionária se torna menos vulnerável às crises hídricas e reduz ainda mais os impactos ambientais gerados por suas operações.

Projeto Energia Limpa – Geração de Energia Solar

Entre os principais desafios globais, as medidas para redução do impacto climático no planeta estão sendo incorporadas aos planos de sistemas rodoviários no



interior de São Paulo. A CART tem ampliado suas soluções em energia limpa para garantir a autossuficiência das operações de Bauru a Presidente Epitácio, alinhando-se aos objetivos sustentáveis da ONU.

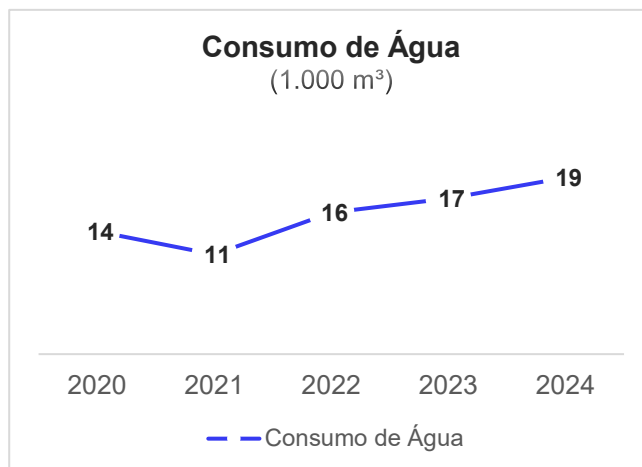
Concluídas no final de 2022, as estações de energia solar têm a responsabilidade de abastecer equipamentos essenciais para a infraestrutura operacional da CART, como painéis de mensagens, câmeras de monitoramento, torres de transmissão e as bases do Serviço de Atendimento ao Usuário espalhadas pela Concessão.

O projeto foi viabilizado com a instalação de 1.060 placas fotovoltaicas e 20 inversores, capazes de gerar até 70.000 kWh/mês, o que equivale ao consumo médio de 450 residências.

A quantidade de CO² que deixará de ser liberada na atmosfera anualmente, em decorrência do Projeto Energia Limpa, é equivalente ao sequestro de carbono realizado por aproximadamente 264 árvores em seus primeiros 20 anos de idade.

Consumo de Água

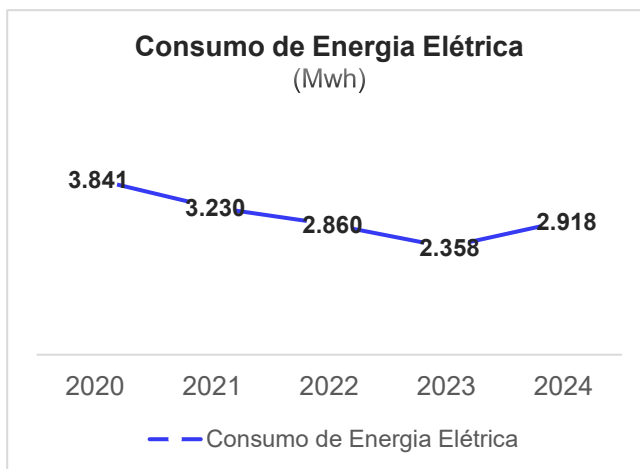
Em 2024, observou-se um pequeno aumento no consumo de água, reflexo de iniciativas voltadas à melhoria operacional e ao reforço da segurança. A captação por caminhão-pipa foi intensificada para atender atividades emergenciais, como combate a incêndios, garantindo a preservação das áreas operacionais.



Consumo de Energia Elétrica

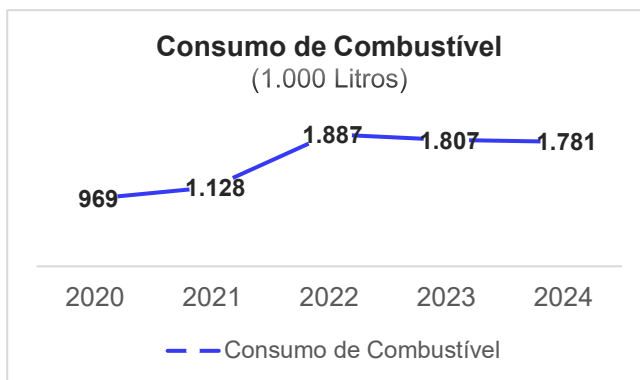


Em 2024, o consumo de energia elétrica apresentou um pequeno aumento quando comparado com o ano de 2023, influenciado principalmente pelas temperaturas mais elevadas ao longo do ano. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia, a média anual atingiu 25,02°C, superando tanto a média histórica quanto a de 2023. Esse cenário reforçou a necessidade do uso de ar-condicionado para garantir o conforto térmico em ambientes operacionais e administrativos.



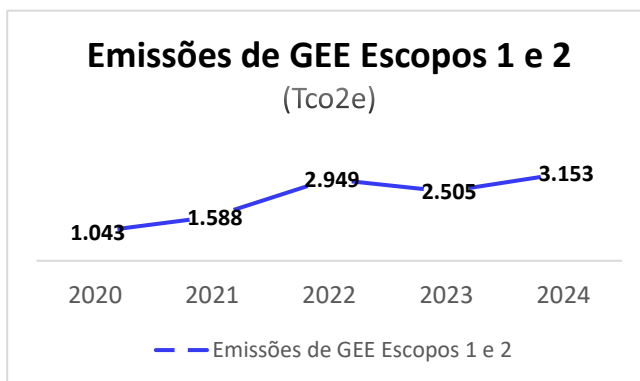
Consumo de Combustível

Em 2024, o consumo de combustível apresentou uma redução em relação a 2023, impulsionada pela otimização da frota administrativa e pelo início do processo de eletrificação da frota de guinchos.



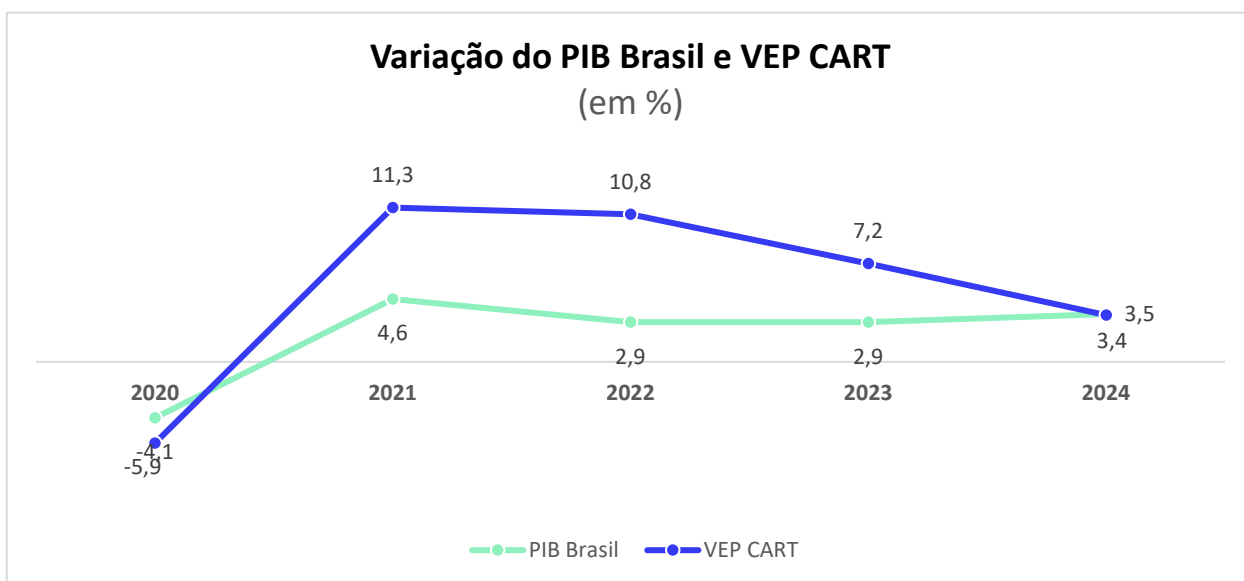
Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)

Em 2024, as emissões de GEE (Escopo 1 e 2) apresentaram um aumento em relação a 2023, em função do início das obras de expansão. As intervenções exigiram a execução de atividades previstas nas Autorizações de Supressão de Vegetação (ASVs) para cumprir o cronograma de obras junto à ARTESP. Como parte do compromisso sustentável, todas as intervenções incluem plantio compensatório, assegurando a recomposição da vegetação e a mitigação dos impactos ambientais.



CONTEXTO ECONÔMICO

A projeção de crescimento do PIB para 2024 foi ajustada para 3,5%, impulsionada pelo desempenho acima do esperado no terceiro trimestre e pelos indicadores positivos observados no final do ano. A revisão das séries históricas das Contas Nacionais Trimestrais contribuiu para a atualização de alguns componentes do PIB, sem alterar significativamente o resultado agregado. Sob a ótica setorial, o aumento na estimativa reflete a expansão do setor de serviços, enquanto a agropecuária e a indústria apresentaram ajustes para baixo.



O crescimento do PIB tem uma relação direta com o aumento do tráfego nas rodovias, uma vez que a maior atividade econômica estimula o transporte de mercadorias e o deslocamento de pessoas. Em nossa concessão, essa dinâmica se refletiu em um crescimento de 3,4% no volume de tráfego em relação a 2023, reforçando a importância da infraestrutura rodoviária para o desenvolvimento econômico.

Na tabela ao lado estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação e juros que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

Inflação e Juros	4T24	4T23	p. p.
IPCA Últimos 12 meses	4,80%	4,60%	0,2 p.p.
CDI Final do Período	2,60%	2,80%	-0,2 p.p.
CDI Acumulado Últimos 12 meses	10,80%	13,00%	-2,2 p.p.



RESULTADO OPERACIONAL

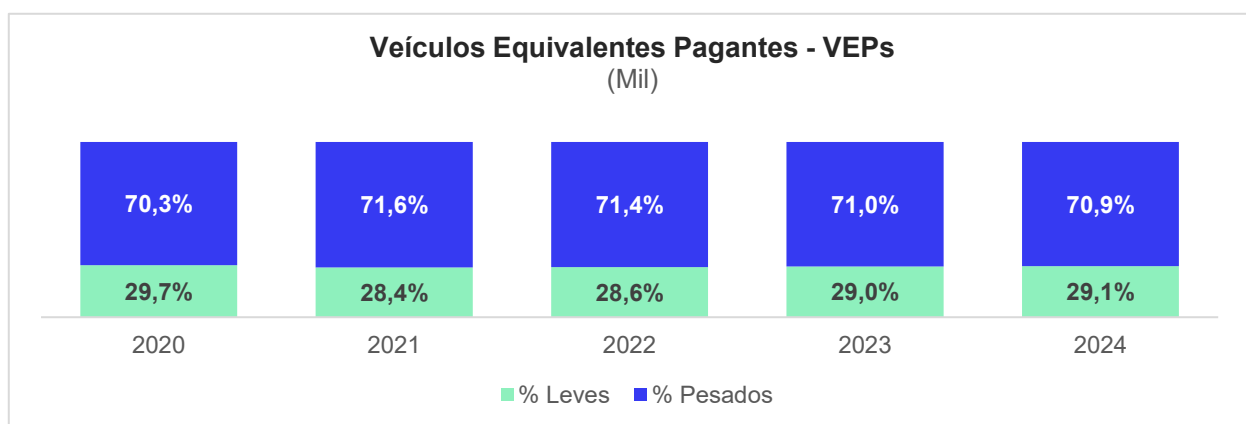
Cenário CART

Desempenho Operacional (Mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
VEPs¹	16.653	17.098	-2,60%	65.751	63.565	3,44%
Veículos Leves	5.139	4.992	2,94%	19.115	18.454	3,58%
Veículos Pesados	11.514	12.106	-4,89%	46.636	45.111	3,38%
Tráfego²	7.673	7.762	-1,15%	29.486	28.927	1,93%
Veículos Leves	5.186	4.667	11,12%	19.297	18.680	3,30%
Veículos Pesados	2.488	2.396	3,84%	9.837	9.730	1,74%
Veículos Isentos	130	131	-0,76%	530	517	2,51%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

A CART registrou 65,8 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2024, um aumento de 3,4% em relação ao ano anterior. No 4T24, as nove praças de pedágio da CART registraram 16,7 milhões de VEPs, um crescimento de 7,0% em relação ao mesmo período de 2023.



A proporção de VEPs pesados na representatividade no perfil de tráfego na rodovia, foi ligeiramente menor em 2024 comparado a 2023.



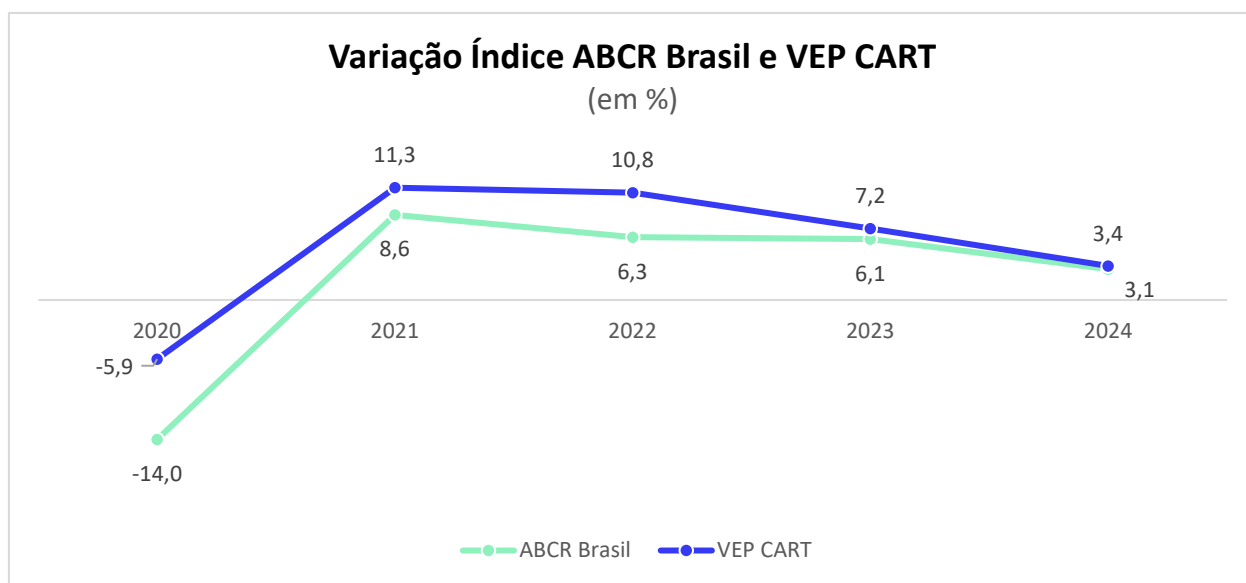
Cenário CART

Varição no transporte de Veículos Dessazonalizado ¹⁻²	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/24 sobre Jan-Dez/23): Brasil	2,70%	4,30%	3,10%
Acumulado do 4º trimestre (Out-Dez/24 sobre Out/Dez/23): Brasil	2,80%	2,10%	2,60%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

A relação entre crescimento econômico e fluxo de veículos nas rodovias se reflete nos dados do índice ABCR Brasil, que mede a variação do tráfego em concessões rodoviárias. Enquanto o índice nacional registrou uma queda de 14,0% em 2020, nossa concessão apresentou uma retração menor, demonstrando maior resiliência frente aos impactos daquele ano.



Nos anos seguintes, a retomada da atividade econômica impulsionou o tráfego rodoviário, e nosso desempenho superou consistentemente o índice ABCR Brasil, evidenciando a relevância do nosso corredor para o transporte de cargas e passageiros e reafirmando a eficiência da nossa operação na sustentação do fluxo rodoviário.



RESULTADO FINANCEIRO

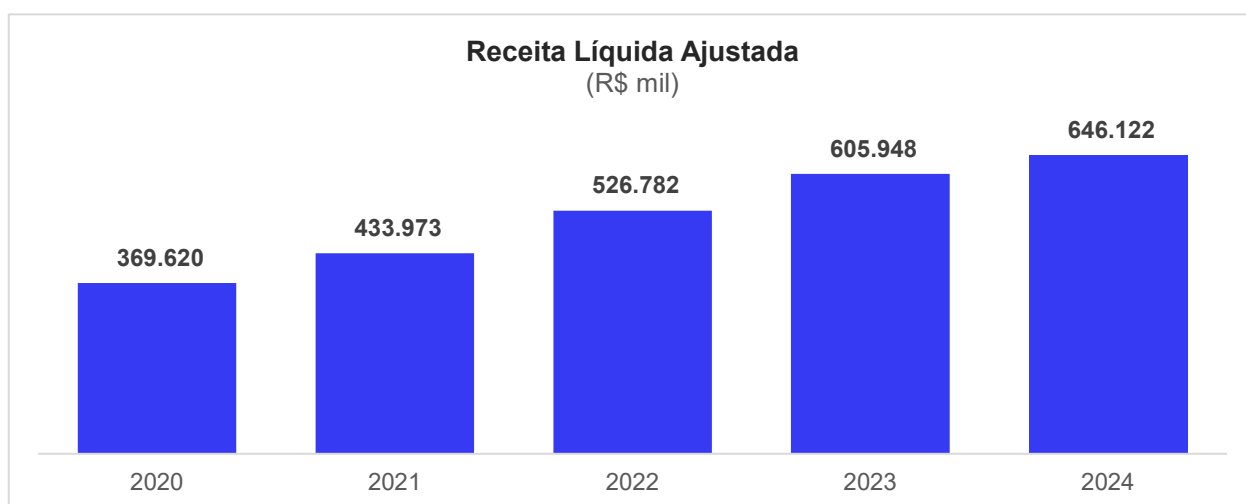
Receitas

Receita Operacional (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Receita						
Receitas com Pedágio	178.315	175.195	1,78%	685.055	639.904	7,06%
Receitas Acessórias	5.798	5.587	3,78%	22.227	23.276	-4,51%
Receita Bruta	184.113	180.782	1,84%	707.282	663.180	6,65%
Deduções da Receita Bruta	(15.872)	(15.584)	1,85%	(61.160)	(57.231)	6,87%
Receita Líquida Ajustada¹	168.241	165.198	1,84%	646.122	605.949	6,63%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A receita líquida ajustada totalizou R\$ 646,1 milhões no ano de 2024, um aumento de 6,63% quando comparada com 2023. No 4T24 o aumento foi de 1,84% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Esta melhora na receita líquida ajustada é explicada pela retomada no tráfego da rodovia, combinada com a atualização contratual anual das tarifas de pedágio.

O gráfico abaixo demonstrará a evolução da receita líquida ajustada nos últimos 5 anos:



Custos e Despesas

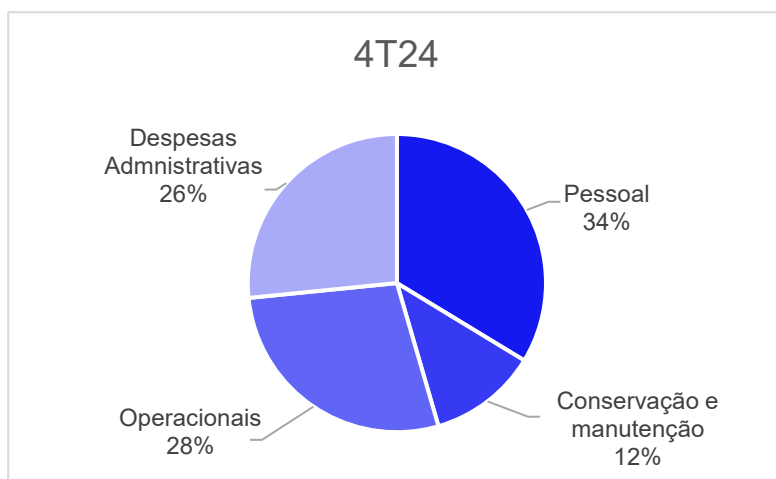
Custos e Despesas (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Pessoal	(17.217)	(17.338)	-0,70%	(68.500)	(68.643)	-0,21%
Conservação e manutenção	(6.036)	(3.527)	71,14%	(17.493)	(11.882)	47,22%
Operacionais	(14.263)	(15.138)	-5,78%	(45.143)	(46.904)	-3,75%
Provisão para contingências	1.232	(7.870)	-115,65%	(13.664)	(24.219)	-43,58%
Serviços de terceiros (*)	(3.645)	(5.156)	-29,30%	(19.158)	(16.040)	19,44%
Manutenção de Veículos	(1.070)	(707)	51,28%	(4.029)	(2.589)	55,62%
Materiais Diversos	(582)	(358)	62,70%	(1.764)	(2.012)	-12,33%
Outras despesas diversas	(9.524)	(3.710)	156,71%	(27.707)	(20.871)	32,75%
Custos & Despesas Administráveis	(51.105)	(53.804)	-5,02%	(197.458)	(193.160)	2,23%
Outorga variável	(5.524)	(5.423)	1,86%	(21.281)	(19.901)	6,93%
Depreciação e amortização	(58.138)	(51.498)	12,89%	(227.174)	(202.745)	12,05%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(114.767)	(110.725)	3,65%	(445.913)	(415.806)	7,24%
Custo de construção de obra	(19.332)	(47.308)	-59,14%	(129.692)	(86.322)	50,24%
Provisão de manutenção	(4.923)	(4.303)	14,42%	(18.404)	(16.738)	9,95%
Custos & Despesas Operacionais	(139.023)	(162.336)	-14,36%	(594.009)	(518.866)	14,48%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

Em 2024, os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R\$ 594,0 milhões, representando um incremento de 14,5% em relação a 2023. No 4T24, observou-se uma redução de 14,4% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis

O gráfico ao lado apresenta a representatividade dos custos e despesas administráveis por agrupamento.



EBITDA e margem EBITDA

EBITDA e margem EBITDA (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Lucro ou Prejuízo Líquido	5.924	11.344	-47,78%	22.109	10.044	120,12%
Resultado Financeiro Líquido	35.852	32.699	9,64%	142.934	150.488	-5,02%
IRPJ & CSLL	6.703	6.510	2,96%	22.325	12.990	71,86%
Depreciação e Amortização	58.138	51.498	12,89%	227.174	202.745	12,05%
EBITDA ICVM 527	106.617	102.052	4,47%	414.542	376.267	10,17%
Margem EBITDA	52,41%	44,74%	766,38%	49,53%	50,20%	-67,36%
Provisão de Manutenção (IFRS)	4.923	4.303	14,41%	18.404	16.738	9,95%
EBITDA Ajustado¹	111.540	106.354	4,88%	432.946	393.005	10,16%
Margem EBITDA Ajustada¹	66,30%	64,38%	191,79%	67,01%	64,86%	214,91%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 432,9 milhões no ano de 2024, um aumento de 10,2% quando comparado com o ano de 2023, já a margem EBITDA atingiu 67,0%. No 4T24 o aumento foi de 4,9% e a margem EBITDA atingida foi de 66,3%. A melhora está relacionada ao aumento do tráfego em nossas rodovias.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Resultado Financeiro	(35.852)	(32.699)	9,64%	(142.934)	(150.488)	-5,02%
Receitas Financeiras	5.561	6.577	-15,45%	16.253	19.348	-16,00%
Juros sobre aplicações financeiras	5.302	6.440	-17,67%	14.883	18.271	-18,54%
Outros	259	137	88,74%	1.370	1.077	27,21%
Despesas Financeiras	(41.413)	(39.276)	5,44%	(159.187)	(169.836)	-6,27%
Comissões e despesas bancárias	(59)	(63)	-5,91%	(245)	(571)	-57,10%
Varição monetária passiva	(18.841)	(31.139)	-39,49%	(62.340)	(76.569)	-18,58%
Juros sobre debêntures	(22.476)	(21.910)	2,59%	(88.624)	(92.645)	-4,34%
Outros	(37)	13.835	-100,27%	(7.978)	(51)	15543,53%

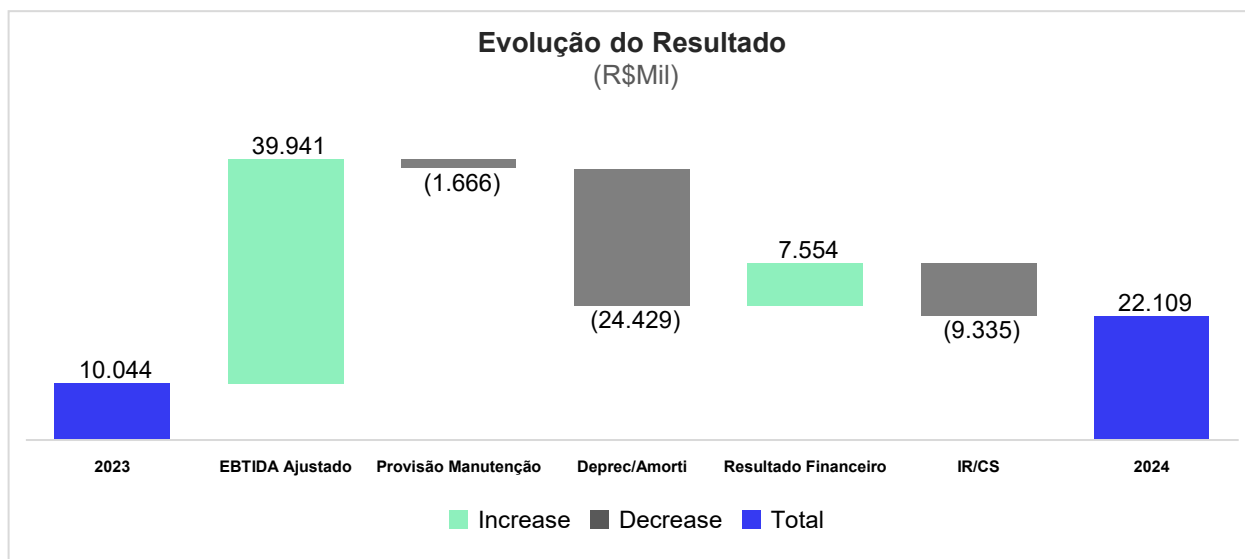
No exercício de 2024 o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 142,9 milhões, uma redução de 5,0% quando comparado ao ano de 2023.



Resultado do Exercício

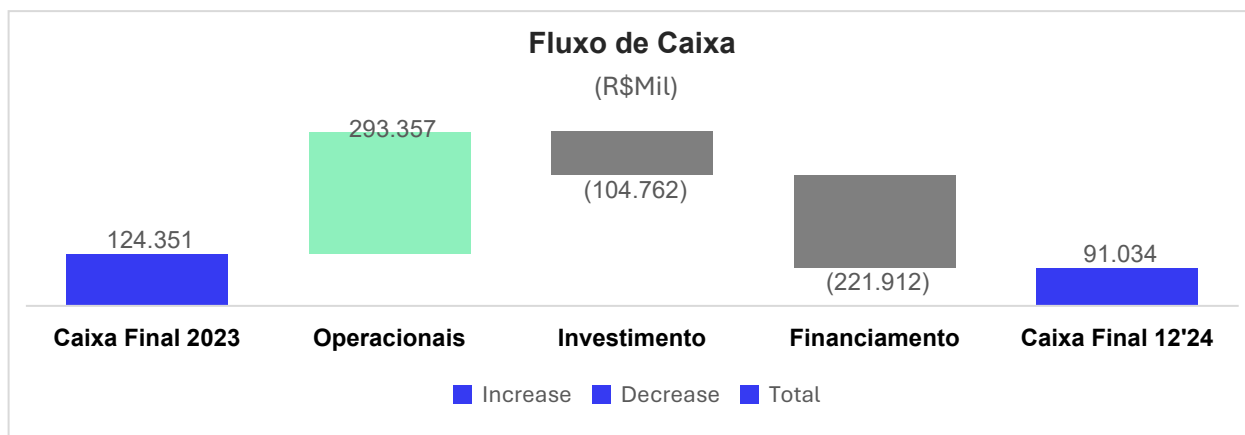
Resultado do Exercício (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Lucro do Exercício	5.925	11.345	-47,77%	22.109	10.044	120,12%

O resultado de 2024 foi de Lucro Líquido de R\$ 22,1 milhões, uma melhora quando comparado a 2023. A melhora está relacionada pelo crescente tráfego da rodovia e as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão no período, como demonstrado no gráfico abaixo:



FLUXO DE CAIXA

O saldo final de caixa da Companhia diminuiu em 2024, com R\$ 91,0 milhões, devido aos investimentos previstos realizados como demonstrado no gráfico abaixo:



ENDIVIDAMENTO

Disponibilidade e Endividamento (R\$)	2024	2023	▲
Dívida Bruta	(1.157.766)	(1.217.714)	-4,92%
Curto Prazo	(34.514)	(119.881)	-71,21%
Debêntures	(34.514)	(119.881)	-71,21%
Longo Prazo	(1.123.252)	(1.097.833)	2,32%
Debêntures	(1.123.252)	(1.097.833)	2,32%
Disponibilidades	101.018	142.260	-28,99%
Caixa e equivalentes de caixa	91.034	124.351	-26,79%
Aplicações Financeiras Vinculadas	9.984	17.909	-44,25%
Dívida Líquida Ajustada	(1.056.748)	(1.075.454)	-1,74%

No exercício de 2024, a Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$ 1.157 milhões, uma redução de 4,92% em relação ao ano de 2023. Essa redução justifica-se principalmente pela liquidação da 1ª e 2ª emissão das debêntures, realizada em 12/2024.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Imobilizado	(87)	1.591	-105,50%	3.828	5.734	-33,20%
Direito de Concessão (Investimento)	(12.553)	16.590	-175,70%	130.116	61.715	110,80%
Intangível	(12.553)	16.590	-175,70%	130.116	61.715	110,80%
Investimento Total	(12.640)	18.181	-169,50%	133.944	67.449	98,60%

No ano de 2024 foram investidos R\$ 134,9 milhões destinados principalmente, às revitalizações viárias previstas no plano de concessão junto ao poder concedente, além dos equipamentos destinados as atividades primarizadas.



Considerações Finais

PERSPECTIVAS E PLANOS

A CART segue comprometida com a excelência na gestão de suas rodovias, essenciais para a fluidez do transporte de cargas entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, garantindo qualidade e segurança aos usuários. Nos últimos anos, importantes investimentos foram concluídos, incluindo a duplicação de trechos, a construção de alças de acesso e retorno, além de viadutos e passarelas.

Além das melhorias na infraestrutura, a Companhia consolidou e aprimorou iniciativas estratégicas, como o programa ESG, que fortalece seu compromisso com a sustentabilidade, e o INOVACART, voltado para a inovação. Com uma gestão focada em evolução contínua, a CART reafirma seu papel como referência no setor rodoviário.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2024: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80/22)

A Diretoria da Concessionária Auto Raposo Taveres S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Bauru, 28 de fevereiro de 2025

Diretor de Relações com Investidores

Gilson Carvalho

Diretor Presidente

René Pinto



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Receita operacional líquida	187.573	212.508	-11,7%	775.814	692.271	12,1%
Custo dos serviços prestados	(121.912)	(141.723)	-14,0%	(514.626)	(439.820)	17,0%
LUCRO BRUTO	65.661	70.785	-7,2%	261.188	252.451	3,5%
Gerais e administrativas	(17.109)	(20.613)	-17,0%	(79.383)	(79.046)	0,4%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(73)	383	-119,1%	5.562	117	4653,8%
RESULTADO OPERACIONAL	48.479	50.555	-4,1%	187.367	173.522	8,0%
Receitas financeiras	5.561	6.577	-15,4%	16.253	19.348	-16,0%
Despesas financeiras	(41.412)	(39.276)	5,4%	(159.187)	(169.836)	-6,3%
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	12.628	17.856	-29,3%	44.433	23.034	92,9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.599)	(5.387)	103,9%	(18.650)	(11.870)	57,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.104)	(1.123)	-1,7%	(3.674)	(1.120)	228,0%
RESULTADO DO PERÍODO	5.925	11.346	-47,8%	22.109	10.044	120,1%



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	31/12/2024	31/12/2023	Passivo (R\$ Mil)	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	91.034	124.351	Fornecedores	24.939	30.750
Aplicação Financeira Vinculada	9.984	17.909	Debêntures	34.514	119.881
Contas a receber	43.205	50.028	Outras Contas a pagar	335	97.624
Estoques	5.816	6.731	Tributos a recolher	6.598	6.957
Tributos a recuperar	990	3.852	IRPJ e CSLL a Recolher	643	-
IRPJ e CSLL a Recuperar	1.828	1.151	Obrigações com empregados e administradores	10.855	11.804
Adiantamentos a fornecedores	8.229	9.083	Credor pela Concessão	1.929	1.854
Total do Circulante	161.086	213.105	Partes relacionadas	1.313	1.015
Ativo Não Circulante			Receita Acessória Antecipada	10.335	9.280
Impostos diferidos ativos	422.494	426.169	Passivo de arrendamento	2.952	3.266
Depósitos judiciais	9.039	6.076	Provisão para manutenção	27.886	48.209
Outros	9	9	Total do Circulante	122.299	330.640
Imobilizado	26.328	34.028	Passivo Não Circulante		
Infraestrutura em andamento	1.687	2.098	Passivo de arrendamento	4.179	369
Intangível	2.370.251	2.449.100	Debêntures	1.123.252	1.097.833
Total do Não Circulante	2.829.808	2.917.480	Provisão para riscos processuais	58.145	50.034
			Receita Acessória Antecipada	27.268	36.014
			Provisão para manutenção	46.868	28.921
			Total do Não Circulante	1.259.712	1.213.171
			TOTAL DO PASSIVO	1.382.011	1.543.811
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	2.451.400	2.451.400
			Prejuízos Acumulados	(842.517)	(864.626)
			Total do Patrimônio Líquido	1.608.883	1.586.774
TOTAL DO ATIVO	2.990.894	3.130.585	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.990.894	3.130.585





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Bauru – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Veja as notas explicativas 6.16 (a) e 24 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações, de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.</p> <p>Essas transações são controladas por sistema de passagem que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados periodicamente baseados no contrato de concessão.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- entendimento dos principais desenho dos controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. <p>(i) efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil.</p> <p>(ii) obtivemos confirmação junto as empresas de arrecadação automática de pedagio, bem como das empresas de custódia de valores, responsáveis pela coleta da arrecadação manual, para o total da receita gerada pela Companhia;</p> <p>(iii) obtivemos o extrato bancário e inspecionamos a totalidade dos recebimentos provenientes da receita de arrecadação do exercício.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram o reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio, os quais foram registrados pela Companhia.</p> <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos como receita de arrecadação de pedágio, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	2024	2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2024	2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8	91.034	124.351	Fornecedores	16	24.939	30.750
Aplicações financeiras vinculadas	9	9.984	17.909	Debêntures	17	34.514	119.881
Contas a receber	10	43.205	50.028	Outras contas a pagar	16	335	97.624
Estoques	11	5.816	6.731	Tributos a recolher		6.598	6.957
Tributos a recuperar	12.a	990	3.852	IRPJ e CSLL a recolher		643	-
IRPJ e CSLL a recuperar	12.b	1.828	1.151	Obrigações com empregados e administradores		10.855	11.804
Adiantamentos de fornecedores		8.229	9.083	Credor pela concessão	18	1.929	1.854
Total do ativo circulante		<u>161.086</u>	<u>213.105</u>	Partes relacionadas	13	1.313	1.015
				Receita acessória antecipada	20	10.335	9.280
Impostos diferidos ativos	12.c	422.494	426.169	Passivo de arrendamento	22	2.952	3.266
Depósitos judiciais	19.d	9.039	6.076	Provisão para manutenção	21	27.886	48.209
Total do realizável a longo prazo		<u>431.533</u>	<u>432.245</u>	Total do passivo circulante		<u>122.299</u>	<u>330.640</u>
Outros		9	9	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	14	26.328	34.028	Passivo de arrendamento	22	4.179	369
Infraestrutura em construção	15	1.687	2.098	Debêntures	17	1.123.252	1.097.833
Intangível	15	2.370.251	2.449.100	Provisão para riscos processuais	19	58.145	50.034
		<u>2.398.275</u>	<u>2.485.235</u>	Receita acessória antecipada	20	27.268	36.014
				Provisão para manutenção	21	46.868	28.921
Total do ativo não circulante		<u>2.829.808</u>	<u>2.917.480</u>	Total do passivo não circulante		<u>1.259.712</u>	<u>1.213.171</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	23.a	2.451.400	2.451.400
				Prejuízos acumulados		(842.517)	(864.626)
				Total do patrimônio líquido		<u>1.608.883</u>	<u>1.586.774</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.990.894</u>	<u>3.130.585</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.990.894</u>	<u>3.130.585</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	24	775.814	692.271
Custo dos serviços prestados	25	<u>(514.626)</u>	<u>(439.820)</u>
LUCRO BRUTO		<u>261.188</u>	<u>252.451</u>
Gerais e administrativas	25	(79.383)	(79.046)
Outras receitas operacionais		5.745	699
Outras despesas operacionais		<u>(183)</u>	<u>(582)</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>187.367</u>	<u>173.522</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	26	16.253	19.348
Despesas financeiras	26	<u>(159.187)</u>	<u>(169.836)</u>
		<u>(142.934)</u>	<u>(150.488)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		44.433	23.034
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.d	(18.650)	(11.870)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12.c	<u>(3.674)</u>	<u>(1.120)</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>22.109</u>	<u>10.044</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	27	0,002	0,001

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>22.109</u>	<u>10.044</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>22.109</u></u>	<u><u>10.044</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>2.451.400</u>	<u>(874.670)</u>	<u>1.576.730</u>
Resultado do exercício	27	<u>-</u>	<u>10.044</u>	<u>10.044</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>2.451.400</u>	<u>(864.626)</u>	<u>1.586.774</u>
Resultado do exercício	27	<u>-</u>	<u>22.109</u>	<u>22.109</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>2.451.400</u>	<u>(842.517)</u>	<u>1.608.883</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		22.109	10.044
Ajustes:			
Depreciação e amortização	25	227.174	202.745
Baixa de imobilizado e intangível		1.205	522
Provisão para manutenção		17.947	13.886
Provisão de fornecedores		450	(3.593)
Provisão para riscos processuais, líquidos		18.498	29.918
Variações monetárias sobre debêntures	17	62.340	58.087
Juros sobre debêntures	17	88.624	92.645
Receita financeira sobre aplicações financeiras		(8.882)	(9.207)
Juros sobre contrato de arrendamento	22	478	451
Custo de captação amortizado das debêntures	17	7.824	7.731
Impostos correntes	12.d	18.650	11.870
Impostos diferidos	12.c	3.674	1.120
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		6.823	(7.412)
Estoques		915	2.319
Tributos a recuperar		2.185	4.046
Adiantamentos de fornecedores		854	(3.199)
Depósitos judiciais		(2.963)	9.629
 (Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(19.433)	(33.379)
Obrigações com empregados e administradores		(955)	139
Contingências Trabalhistas e Fiscais		(10.387)	(9.618)
Tributos a recolher		(2.420)	18
Partes relacionadas		298	724
Receita acessória antecipada		(7.690)	(145)
Pagamento de outorga variável		75	187
Consumo da provisão para manutenção		(20.323)	(48.937)
Outras obrigações e contas a pagar		(97.289)	22.514
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	22	(478)	(451)
Impostos pagos sobre o lucro		(15.946)	(11.517)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>293.357</u>	<u>341.137</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	31	(3.612)	(5.733)
Aquisição de intangível	31	(117.957)	(70.736)
Aplicações financeiras		16.807	7.041
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(104.762)</u>	<u>(69.429)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de debêntures	17	(70.202)	(55.209)
Juros e remunerações pagas sobre debêntures		(148.534)	(134.619)
Pagamento de passivo de arrendamento	22	(3.176)	(3.079)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(221.912)</u>	<u>(192.907)</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>(33.317)</u></u>	<u><u>78.801</u></u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		124.351	45.550
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>91.034</u>	<u>124.351</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>(33.317)</u></u>	<u><u>78.801</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receitas		842.719	750.201
Receita de Pedágio e Acessórias	24	707.282	663.180
Receita de construção	24	129.692	86.322
Outras receitas		5.745	699
Insumos adquiridos de terceiros		(275.002)	(225.916)
Custo de construção	25	(129.692)	(86.322)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(145.310)	(139.594)
Valor adicionado bruto		567.717	524.285
Retenções		(227.174)	(202.745)
Depreciação e amortização	25	(227.174)	(202.745)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		340.543	321.540
Valor adicionado recebido em transferência		16.253	19.348
Receitas financeiras	26	16.253	19.348
Total do valor adicionado a distribuir		356.796	340.888
Distribuição do valor adicionado		356.796	340.888
Pessoal e encargos		58.158	58.414
Remuneração direta		40.723	41.205
Benefícios		12.174	12.518
FGTS		3.269	3.367
Outros		1.992	1.324
Impostos, taxas e contribuições		115.323	100.500
Federais		55.114	45.332
Estaduais		21.281	19.901
Municipais		35.254	33.027
Imposto diferido	12.c	3.674	-
Remuneração capital de terceiros		161.206	171.930
Juros e variação monetária		149.465	162.186
Aluguéis		2.019	2.094
Outras		9.722	7.650
Remuneração de capital próprio		22.109	10.044
Resultado do exercício		22.109	10.044

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo (TAM) coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelo Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

Os pagamentos foram realizados pelo Poder Concedente no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – (“IASB”)” e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de Fevereiro de 2025.

3. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos:

- (i) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 21;
- (ii) provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 19;
- (iii) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – nota explicativa nº 12.c e 15.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

- (i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 (R1) e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada, pelo valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 24.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 21. O provisionamento é realizado com base na estimativa atualizada dos gastos para o próximo ciclo, o qual ocorre, em média, a cada cinco anos.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, regulatória, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 19.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 12.c.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

6.2 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

6.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

6.3.1 Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

de impostos decretadas na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram apurados impostos correntes em função da Companhia apresentar lucro no ano de 2024.

6.3.2 Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

6.4 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.5. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

6.6. Intangível

A Companhia quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras.

6.7. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.8. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

6.9. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

6.10. Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 10,32% ao ano em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no seu custo de capital.

6.11. Provisão para riscos processuais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

6.12. Debêntures a pagar

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.13. Custos com debêntures

Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com debêntures qualificados para capitalização.

Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

6.14. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há instrumentos classificados como VJORA.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de debêntures (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.15. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

6.16. Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão (IFRIC 12).

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

6.17. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

6.18. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras,

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

6.19. Benefícios aos empregado

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida foram descontinuados devido a mudança do controle acionário.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

6.20. Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

7. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento,

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.371	8.798
Aplicações financeiras Certificados de Depósito Bancário – CDB	<u>87.663</u>	<u>115.553</u>
Total	<u><u>91.034</u></u>	<u><u>124.351</u></u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 28.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado Compromissadas com Debêntures (*)	100,00%	CDI	9.984	17.909

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

Mensalmente, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Para a 3ª Emissão de Debêntures Simples, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 28.

10. CONTAS A RECEBER

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	41.957	39.979
Vale pedágio	377	904
Locação de fibra óptica	413	2.017
Outros	458	7.128
Total	43.205	50.028
A vencer	42.212	49.638
Vencidos	993	390
Total	43.205	50.028

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

(**) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio, cabos de energia e regularização de acessos.

A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperados, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 28.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

11. ESTOQUE

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Material para pavimentação	13	43
Elementos de proteção e segurança	980	1.380
Material de sinalização	3.387	4.550
Outros	1.436	758
Total	<u>5.816</u>	<u>6.731</u>

12. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Tributos a recuperar:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	792	2.412
PIS/COFINS (PER/DCOMP)	4	1.270
Outros	194	170
Total circulante	<u>990</u>	<u>3.852</u>

b) IRPJ e CSLL a Recuperar:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Antecipações do Exercício (IRPJ)	1.828-	964
Antecipações do Exercício (CSLL)	-	187
Total circulante	<u>1.828-</u>	<u>1.151</u>

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, passivos e resultado:

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>Ativos/ Passivos</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo fiscal – IR	303.612	309.672	(6.059)	(3.957)
Base negativa – CS	109.737	111.829	(2.092)	(1.425)
Provisão para manutenção	25.412	26.220	(808)	(11.917)
Provisão para contingências	23.966	19.320	4.646	8.235
Atualização depósitos judiciais	4.663	5.195	(532)	3.832
Outras diferenças temporárias	2.192	4.325	(2.133)	806
Total do ativo fiscal diferido	<u>469.582</u>	<u>476.561</u>	<u>(6.978)</u>	<u>(4.426)</u>
Amortização de direito de concessão	(33.034)	(35.352)	2.318	2.318
Custo de Captação	(6.711)	(7.182)	471	471
Margem de construção	(6.018)	(6.440)	422	422
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.325)	(1.418)	93	95
Total do passivo fiscal diferido	<u>(47.088)</u>	<u>(50.392)</u>	<u>3.305</u>	<u>3.306</u>
Total líquido	<u>422.494</u>	<u>426.169</u>	<u>(3.674)</u>	<u>(1.120)</u>

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Ativos/ Passivos				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	
Prejuízo fiscal - IR	309.672	299	(6.358)	(6.059)	303.612
Base negativa - CS	111.829	151	(2.243)	(2.092)	109.737
Provisão para manutenção	26.220	6.102	(6.910)	(808)	25.412
Provisão para contingências	24.515	5.596	(1.482)	4.114	28.629
Outras diferenças temporárias	4.325	1.709	(3.842)	(2.133)	2.192
Total do ativo fiscal diferido	476.561	13.857	(20.835)	(6.978)	469.582
Amortização de direito de concessão	(35.352)	2.318	-	2.318	(33.034)
Custo de Captação	(7.182)	471	-	471	(6.711)
Margem de construção	(6.440)	422	-	422	(6.018)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.418)	93	-	93	(1.325)
Total do passivo fiscal diferido	(50.392)	3.304	-	3.304	(47.088)
Total	426.169	17.161	(20.835)	(3.674)	422.494

	Ativos/ Passivos				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	
Prejuízo fiscal – IR	313.629	4.441	(8.398)	(3.957)	309.672
Base negativa – CS	113.254	1.740	(3.165)	(1.425)	111.829
Provisão para manutenção	38.137	-	(11.917)	(11.917)	26.220
Provisão para contingências	12.448	15.864	(3.797)	12.067	24.515
Outras diferenças temporárias	3.519	1.112	(306)	806	4.325
Total do ativo fiscal diferido	480.987	23.157	(27.583)	(4.426)	476.561
Amortização de direito de concessão	(37.670)	2.318	-	2.318	(35.352)
Custo de captação	(7.653)	471	-	471	(7.182)
Margem de construção	(6.862)	422	-	422	(6.440)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.513)	95	-	95	(1.418)
Total do passivo fiscal diferido	(53.698)	3.306	-	3.306	(50.392)
Total	427.289	26.463	(27.583)	(1.120)	426.169

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 3.510 de imposto fiscal diferido (em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 1.120).

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

d) Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	44.433	23.034
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	(15.107)	(7.832)
Adições permanentes	(11.527)	(7.048)
Exclusões permanentes	4.310	1.890
Imposto de renda e contribuição social resultado	<u>(22.324)</u>	<u>(12.990)</u>
Impostos de renda e contribuição social corrente	(18.650)	(11.870)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(3.674)	(1.120)
Total	<u>(22.324)</u>	<u>(12.990)</u>
Alíquota efetiva	51%	56%

13. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding II e controladora final o Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

31/12/2024			2024	
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Passivo Circulante	Resultado
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	785	-
Entrevias Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	1	-
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	527	(7.663)
Total			1.313	(7.663)

31/12/2023			2023	
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Passivo Circulante	Resultado
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	162	-
Entrevias Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	-
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	853	(5.825)
Total			1.015	(5.825)

- (a) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 6.162 (R\$ 8.000 em 31 de dezembro de 2023). A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

Composição	2024	2023
Pró-labore	2.339	2.305
Bônus variáveis	1.811	2.715
Encargos	1.071	1.082
Outros benefícios	73	60
Total	5.294	6.162

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

14. IMOBILIZADO

	Vida útil média em anos	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Custo					
Instalações	25	434	83	-	517
Máquinas e equipamentos	6	22.599	2.791	(15)	25.375
Móveis e utensílios	6	4.924	25	-	4.949
Veículos	5	30.978	4	(586)	30.396
Equipamentos de informática	7	46.945	939	(1.443)	46.441
Ferramentas e aparelhos	-	2.264	-	-	2.264
		108.144	3.842	(2.044)	109.942
Depreciação acumulada					
Instalações		(114)	(48)	-	(162)
Máquinas e equipamentos		(9.169)	(1.936)	-	(11.105)
Móveis e utensílios		(4.230)	(175)	-	(4.405)
Veículos		(17.436)	(6.481)	403	(23.514)
Equipamentos de informática		(42.495)	(1.504)	436	(43.563)
Ferramentas e aparelhos		(672)	(193)	-	(865)
		(74.116)	(10.337)	839	(83.614)
Imobilizado líquido		34.028	(6.495)	(1.205)	26.328

	Vida útil média em anos	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo					
Custo	25	250	184	-	434
Máquinas e equipamentos	6	19.754	2.946	(101)	22.599
Móveis e utensílios	6	4.719	205	-	4.924
Veículos	5	29.161	1.989	(172)	30.978
Equipamentos de informática	7	47.199	287	(541)	46.945
Ferramentas e aparelhos		2.142	122	-	2.264
		103.225	5.733	(814)	108.144
Depreciação acumulada					
Instalações		(75)	(39)	-	(114)
Máquinas e equipamentos		(7.790)	(1.480)	101	(9.169)
Móveis e utensílios		(4.068)	(162)	-	(4.230)
Veículos		(11.062)	(6.407)	33	(17.436)
Equipamentos de informática		(41.028)	(1.674)	207	(42.495)
Ferramentas e aparelhos		(480)	(192)	-	(672)
		(64.503)	(9.954)	341	(74.116)
Imobilizado líquido		38.722	(4.221)	(473)	34.028

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 10.337 em depreciação (em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 9.954).

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

15. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Vida útil em anos	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2024
Custo						
<i>Software</i>	5	14.474	852	-	-	15.326
Marcas e patentes	10	55	359	-	-	414
Direito de concessão	(**)	3.142.555	130.102	-	-	3.272.657
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso		9.191	6.672	(905)	-	14.958
		3.800.275	137.985	(905)	-	3.937.355
Amortização						
<i>Software</i>		(11.726)	(436)	-	-	(12.162)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(1.021.035)	(192.082)	-	-	(1.213.117)
Outorga fixa		(312.032)	(21.133)	-	-	(333.165)
Direito de uso		(6.362)	(3.183)	905	-	(8.640)
Amortização acumulada		(1.351.175)	(216.834)	905	-	(1.567.104)
Saldo intangível líquido		2.449.100	(78.849)	-	-	2.370.251
Infraestrutura em construção (***)		2.098	(411)	-	-	1.687
	Vida útil em anos	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/2023
Custo						
<i>Software</i>	5	13.760	714	-	-	14.474
Marcas e patentes	10	20	35	-	-	55
Direito de concessão	(**)	2.979.613	61.715	-	101.227	3.142.555
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso		8.223	1.016	(48)	-	9.191
Custo acumulado		3.635.616	63.480	(48)	101.227	3.800.275
Amortização						
<i>Software</i>		(11.396)	(330)	-	-	(11.726)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(852.652)	(168.383)	-	-	(1.021.035)
Outorga fixa		(290.899)	(21.133)	-	-	(312.032)
Direito de uso		(3.416)	(2.946)	-	-	(6.362)
Amortização acumulada		(1.158.383)	(192.792)	-	-	(1.351.175)
Saldo intangível líquido		2.477.233	(129.312)	(48)	101.227	2.449.100
Infraestrutura em construção (***)		78.716	24.609	-	(101.227)	2.098

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 216.834 em amortização (em 30 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 192.792).

(*) O saldo refere-se a itens transferidos de infraestrutura em construção para o intangível, em função da conclusão de

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

trechos de obras em rodovias.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(***) Refere-se a obras e serviços de expansão em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. As principais naturezas referem-se a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros. O processo arbitral envolvendo a Companhia e a Metha, encerrou-se em dezembro de 2023, vide nota explicativa nº 19. Após a sua conclusão, o montante de R\$ 97.410 mantido no grupo de infraestrutura em andamento, foi transferido para o direito de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes são preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários: 4,5% a.a. de 2024 e 3,5% a.a. até o final da projeção.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e dos custos dos recursos externos.

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

16. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

a) Fornecedores

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores nacionais	20.254	26.516
Fornecedores provisão	4.685	4.234
Total	<u>24.939</u>	<u>30.750</u>

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 28.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Outras Contas a Pagar

	2024	2023
Procedimento Arbitrais (*)	-	97.410
Outras contas a pagar	335	214
Total	335	97.624

(*) Montante referente a conclusão do processo arbitral, vide nota 19.c.

17. DEBÊNTURES

	31/12/2023	Custo de captação amortizado	Pagamento			Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2024
			Principal	Atualização Monetária	Juros				
Passivo circulante									
Debêntures	127.705	-	(70.202)	(60.107)	(88.427)	88.624	5.185	37.883	40.661
Custos a amortizar	(7.824)	7.824	-	-	-	-	-	(6.147)	(6.147)
Total	119.881	7.824	(70.202)	(60.107)	(88.427)	88.624	5.185	31.736	34.514
Passivo não circulante									
Debêntures	1.165.447	-	-	-	-	-	57.155	(37.883)	1.184.719
Custos a amortizar	(67.614)	-	-	-	-	-	-	6.147	(61.467)
Total	1.097.833	-	-	-	-	-	57.155	(31.736)	1.123.252
Total geral	1.217.714	7.824	(70.202)	(60.107)	(88.427)	88.624	62.340	-	1.157.766
Circulante	119.881								34.514
Não circulante	1.097.833								1.123.252

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 88.624 e R\$ 62.340 em juros sobre debêntures e variação monetária (em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 92.645 e R\$ 58.087, respectivamente).

	31/12/2022	Custo de captação amortizado	Pagamento			Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2023
			Principal	Atualização Monetária	Juros				
Passivo circulante									
Debêntures	81.233	-	(55.209)	(44.345)	(90.274)	89.529	76.569	70.202	127.705
Custos a amortizar	(7.818)	7.817	-	-	-	-	-	(7.823)	(7.824)
Total	73.415	7.817	(55.209)	(44.345)	(90.274)	89.529	76.569	62.379	119.881
Passivo não circulante									
Debêntures	1.251.015	-	-	-	-	3.116	(18.482)	(70.202)	1.165.447
Custos a amortizar	(75.351)	(86)	-	-	-	-	-	7.823	(67.614)
Total	1.175.664	(86)	-	-	-	3.116	(18.842)	(62.379)	1.097.833
Total geral	1.249.079	7.731	(55.209)	(44.345)	(90.274)	92.645	58.087	-	1.217.714
Circulante	73.415								119.881
Não circulante	1.175.664								1.097.833

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2024
Debenturistas – Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.225.380
(-) Custos de transação – Debêntures				(67.314)
Total				1.157.766

Parcelas do circulante	34.514
Parcelas do não circulante	1.123.252

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2023
--------	-----------	-------	------------	------------

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	102.521
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	23.369
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.167.262
(-) Custos de transação – Debêntures				(75.438)
Total				<u>1.217.714</u>
Parcelas do circulante				119.881
Parcelas do não circulante				1.097.833

Vencimento longo prazo em 31/12/2024

2025	58.947
2026	28.014
2027	108.108
2028	123.558
2029 em diante	804.625
Total longo prazo	<u>1.123.252</u>

Vencimento longo prazo em 31/12/2023

2025	57.613
2026	27.383
2027	105.661
2028	115.273
2029 em diante	791.953
Total longo prazo	<u>1.097.883</u>

Debêntures – 1ª e 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 29.008 foram apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

As debêntures tiveram seus saldos liquidados em 16 de dezembro de 2024, conforme cronograma de amortização.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Debêntures – 3ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% ao ano.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 67.614 (R\$ 75.438 em 31 de dezembro de 2023).

As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (*rating*), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/(amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): $\geq 1,2$.

(1) EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total – financiamentos – aporte de capital).

(2) Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Companhia avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A Companhia cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 31 de dezembro de 2024. A Companhia estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

18. CREDOR PELA CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 15, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% é aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.929 (R\$ 1.854 em 31 de dezembro de 2023).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 21.213 (Em 31 de dezembro de 2023, foi pago ao Poder Concedente R\$ 19.713) referente à outorga variável.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 42.440. Vigência mínima de 12 meses.

2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 214.020. Vigência de 12 meses.

19. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

31/12/2024			
Probabilidade de perda			
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	3.728	17.815	21.543
Cíveis (*)	54.174	168.710	222.884
Ambiental	243	3.512	3.755
Total	58.145	190.037	248.182

31/12/2023			
Probabilidade de perda			
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	5.198	12.154	17.352
Cíveis	44.494	70.425	114.919
Tributária	-	2.149	2.149
Ambiental	342	8.084	8.426
Total	50.034	92.812	142.846

(*) A companhia foi acionada pela Investimentos e Participações S.A. ("INVEPAR") através do procedimento arbitral 110/2022/SEC8, o qual tramita em confidencialidade perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, a fim de discutir entendimentos diversos acerca da retenção de *Earn-out* previsto em *Sales-Purchase Agreement* ("SPA") firmado entre o atual acionista controlador e a INVERPAR em abril/2020 em razão da compra da Companhia.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	31/12/2023	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização	
					Monetária	31/12/2024
Trabalhistas (a)	5.199	433	(229)	(1.087)	(588)	3.728
Cíveis e ambientais (b)	44.835	30.508	(15.600)	(9.299)	3.973	54.417
Total	50.034	30.941	(15.829)	(10.386)	3.385	58.145

Natureza do risco	31/12/2022	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização	
					Monetária	31/12/2023
Trabalhistas (a)	10.255	2.407	(3.200)	(5.030)	766	5.198
Cíveis e ambientais (b)	19.479	39.013	(16.766)	(2.057)	5.167	44.836
Procedimentos arbitrais (c)	74.727	22.683	-	(97.410)	-	-
Total	104.461	64.103	(19.966)	(104.497)	5.933	50.034

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o montante de R\$ 8.111 em provisão para riscos processuais líquidos (em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 5.246).

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

A câmara arbitral decidiu pela improcedência do pedido de penhora, dando seguimento a avaliação dos pleitos apresentados pelas partes, resultando na prolação de sentença arbitral parcial em 29 de março de 2021.

Em novembro de 2023, após a realização dos cálculos e compensações entre débitos e créditos devidos de parte à parte, verificou-se que a Companhia foi condenada ao pagamento de R\$ 97.410 à Metha, dos quais a Companhia já possuía R\$ 68.177 contabilizados, sendo necessário complementar sua provisão em R\$ 29.742, face ao cumprimento da decisão arbitral. Em 31 de dezembro de 2023 o montante foi reclassificado para outras contas a pagar nota 17.b.

d) Depósitos judiciais

Natureza Dep. Judiciais	2024	2023
Trabalhistas	798	790
Cíveis	7.262	4.352
Tributária	979	934
Total	9.039	6.076

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo a decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 798 (em 31 de dezembro de 2023, o montante é de R\$ 790).

Depósitos Cíveis – garantias

Depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando a Companhia entra com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante é de R\$ 7.262 (em 31 de dezembro de 2023, o montante é de R\$ 4.352).

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de dezembro de 2024 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 979 (em 31 de dezembro de 2023, o montante é de R\$ 934).

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

20. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	2024	2023
Circulante	10.335	9.280
Não circulante	27.268	36.014
Total receita diferida	37.603	45.294

21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia estabelece provisões para grandes manutenções, quando necessário, com o objetivo de quantificar com precisão o passivo, utilizando a melhor estimativa do custo necessário para cumprir as obrigações vigentes na data do balanço. Essas obrigações referem-se à recomposição da infraestrutura aos padrões exigidos pelo poder concedente. Os ciclos de investimento ocorrem aproximadamente a cada cinco anos.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2024 são:

Provisão para manutenção	31/12/2023	Adições	AVP (*)	Consumo	31/12/2024
Passivo circulante	48.209	-	-	(20.323)	27.886
Passivo não circulante	28.921	18.405	(458)	-	46.868
Total	77.130	18.405	(458)	(20.323)	74.754

Provisão para manutenção	31/12/2022	Adições	AVP (*)	Consumo	31/12/2023
Passivo circulante	97.146	-	-	(48.937)	48.209
Passivo não circulante	15.035	16.738	(2.852)	-	28.921
Total	112.181	16.738	(2.852)	(48.937)	77.130

(*) Trata-se do ajuste a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 18.405 em provisão para manutenção (em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 16.738).

22. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação:

Passivo de arrendamento	2024	2023
Saldo inicial	3.635	5.746
Adições	6.672	968
Juros provisionados	478	451
Pagamento de juros	(478)	(451)
Pagamento de principal	(3.176)	(3.079)
Total	7.131	3.635

Passivo circulante	2.952	3.266
Passivo não circulante	4.179	369

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 478 em juros provisionados de arrendamento (em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 451).

Para os contratos reconhecidos no ano de 2024, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a. (10,32% a.a. em 2023).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.451.400 (R\$ 2.451.400 em 31 de dezembro de 2023), representados por 12.602.598.575 ações (12.602.598.575 ações em 31 de dezembro de 2023), sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias (sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023), integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A terceira emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035.

24. RECEITAS

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2024 e 2023 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	2024	2023
Receita de pedágio	685.055	639.904
Receitas acessórias	22.227	23.276
Impostos	(61.160)	(57.231)
Receita líquida de serviços	646.122	605.949
Receita de construção (a)	129.692	86.322
Receita total	775.814	692.271

(a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

	2024	2023
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	707.282	663.180
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(21.293)	(19.894)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(4.613)	(4.311)
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	(35.254)	(33.026)
Deduções da receita	<u>(61.160)</u>	<u>(57.231)</u>

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2024	2023
Depreciação e amortização	(227.174)	(202.745)
Custo de construção de obra	(129.692)	(86.322)
Pessoal	(68.500)	(68.643)
Provisão para contingências	(13.664)	(17.133)
Operacionais (*)	(45.143)	(46.904)
Outorga variável	(21.281)	(19.901)
Provisão de manutenção	(18.404)	(16.738)
Serviços de terceiros (**)	(19.158)	(16.040)
Conservação e manutenção	(17.493)	(11.882)
Custas Processuais	-	(7.086)
Manutenção de veículos	(4.029)	(2.589)
Materiais diversos	(1.764)	(2.012)
Outras despesas diversas	(27.707)	(20.871)
Total	<u>(594.009)</u>	<u>(518.866)</u>
Custo de serviços prestados	(514.626)	(439.820)
Despesas gerais e administrativas	(79.383)	(79.046)
Total	<u>(594.009)</u>	<u>(518.866)</u>

(*) Os custos e despesa operacionais são compostos substancialmente por materiais de escritório, combustíveis, energia elétrica e transporte de valores.

(**) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, vigilância entre outros.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

26. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	6.001	9.064
Juros sobre aplicações financeiras debêntures	8.882	9.207
Outros	1.370	1.077
Total receitas financeiras	<u>16.253</u>	<u>19.348</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(245)	(571)
Variação monetária passiva	(62.340)	(76.569)
Juros sobre debêntures	(88.624)	(92.645)
Outros	(7.978)	(51)
Total despesas financeiras	<u>(159.187)</u>	<u>(169.836)</u>
Total resultado financeiro	<u>(142.934)</u>	<u>(150.488)</u>

27. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Numerador básico		
Resultado do exercício	22.109	10.044
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)	12.602.598	12.602.598
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	<u>0,002</u>	<u>0,001</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havendo diferença entre o cálculo do lucro líquido por ação básico e diluído.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro 2024 e 2023, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício de 2024, conforme quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo amortizado	Outros passivos Financeiros	Nível	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	91.034	-	-	124.351	-	-
Aplicações financeiras	9.984	-	-	17.909	-	-
Depósitos judiciais	9.039	-	-	6.076	-	-
Contas a receber	43.205	-	-	50.028	-	-
Outros	9	-	-	10	-	-
Total do ativo	<u>153.271</u>	<u>-</u>		<u>198.374</u>	<u>-</u>	
Fornecedores	-	24.939	-	-	30.750	-
Partes relacionadas	-	1.313	-	-	1.015	-
Debêntures	-	1.157.766	-	-	1.217.714	-
Concessão de serviço público	-	1.929	-	-	1.854	-
Passivo de arrendamento	-	7.131	-	-	3.635	-
Outras contas a pagar	-	335	-	-	97.624	-
Total do passivo	<u>-</u>	<u>1.193.413</u>		<u>-</u>	<u>1.352.592</u>	

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de contas a receber e fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa de R\$ 91.034 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 124.351 em 31 de dezembro de 2023) e Aplicações financeiras de R\$ 9.984 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 17.909 em 31 de dezembro de 2023). O Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+.

O *impairment* estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

b) Exposição a riscos de créditos

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todos o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta valores a receber de R\$ 41.345 (R\$ 50.028 em 31 de dezembro de 2023), sendo 90,3% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 8 e nº 9, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

c) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e debêntures.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras e incluem os pagamentos de juros contratuais:

31 de dezembro de 2024	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Debêntures	1.157.766	1.713.495	171.350	1.542.145
Fornecedores	24.939	24.939	24.939	-
Partes relacionadas	1.313	1.313	1.313	-
Credor pela concessão	1.929	1.929	1.929	-
Passivo de arrendamento	7.131	10.795	2.952	7.843
Outras contas a pagar	335	335	335	-

31 de dezembro de 2023	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Debêntures	1.217.714	1.802.218	180.222	1.621.996
Fornecedores	30.750	30.750	30.750	-
Partes relacionadas	1.015	1.015	1.015	-
Credor pela concessão	1.854	1.854	1.854	-
Passivo de arrendamento	3.635	5.503	1.982	3.521
Outras contas a pagar	97.624	97.624	97.624	-

e) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
DI Ativo (% ao ano)	10,40%	13,00%	15,60%	7,80%	5,20%
DI Passivo (% ao ano)	10,40%	13,00%	15,60%	7,80%	5,20%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,82%	5,00%	6,00%	3,00%	2,00%

Os indicadores utilizados para 2024 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/12/2024.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2024, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Instrumentos	Exposição em 31/12/2024	Risco	Cenário provável		Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
			%	Valor	25%	50%	25%	50%
<i>Ativos e passivos financeiros</i>								
Caixas e equivalentes de caixa	87.663	CDI	10,40%	9.468	11.834	14.201	7.101	4.734
Aplicações financeiras vinculadas	9.984	CDI	10,40%	1.038	1.298	1.558	778	519
Debênture (*)	<u>(1.157.766)</u>	IPCA	4,83%	<u>(55.920)</u>	<u>(69.900)</u>	<u>(83.880)</u>	<u>(41.940)</u>	<u>(27.960)</u>
Total	<u>(1.060.119)</u>			<u>(45.414)</u>	<u>(56.768)</u>	<u>(68.121)</u>	<u>(34.061)</u>	<u>(22.707)</u>
<i>Impacto no resultado e patrimônio líquido</i>					<u>(11.354)</u>	<u>(22.707)</u>	<u>11.354</u>	<u>22.707</u>

(*) Inclui custos de transação a amortizar.

Instrumentos	Exposição em 31/12/2023	Risco	Cenário provável		Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
			%	Valor	25%	50%	25%	50%
<i>Ativos e passivos financeiros</i>								
Caixas e equivalentes de caixa	115.553	CDI	13,04%	15.068	18.835	22.602	11.301	7.534
Aplicações financeiras vinculadas	17.909	CDI	13,04%	2.335	2.919	3.503	1.752	1.168
Debêntures (*)	<u>(1.217.715)</u>	IPCA	4,62%	<u>(56.258)</u>	<u>(70.323)</u>	<u>(84.388)</u>	<u>(42.194)</u>	<u>(28.129)</u>
Total	<u>(1.084.253)</u>			<u>(38.855)</u>	<u>(48.569)</u>	<u>(58.283)</u>	<u>(29.141)</u>	<u>(19.427)</u>
<i>Impacto no resultado e patrimônio líquido</i>					<u>(9.714)</u>	<u>(19.428)</u>	<u>9.714</u>	<u>19.428</u>

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

O montante equivalente a 100% das debêntures da Companhia estão sujeitas à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros do IPCA e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

29. SEGUROS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	42.443	16/06/2025	Pottencial	(a)
Garantia funções operacionais	225.678	16/06/2025	Pottencial	(b)
Responsabilidade civil	49.296	06/07/2025	Axa/HDI	(c)
Riscos operacionais	163.000	06/07/2025	Tokio	(d)
Risco de Engenharia	195.000	17/12/2025	Fairfax	
D & O	50.000	10/08/2025	Austral	
Auto Frota	45.244	07/07/2025	Tokio	
Fiança Locatícia	90	03/01/2027	Pottencial	
Fiança Locatícia - Ourinhos	113	30/10/2027	Pottencial	
Fiança Locatícia - Presidente Prudente	139	01/01/2025	Pottencial	
Riscos Diversos - Equipamentos	6.133	06/07/2025	Tokio Marine	
Drone - Reta	707	13/04/2025	Akad	
Garantia judicial execução fiscal	7.986	até 2025	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	2.941	até 2026	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	26.182	até 2027	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	53.590	até 2028	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	3.359	até 2029	Pottencial	

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

30. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

31. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A seguir relacionamos as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

a) Imobilizado	2024	2023
Saldo de fornecedor no fim do exercício	190	-
b) Intangível	2024	2023
Saldo de fornecedor no fim do exercício	<u>12.945</u>	<u>16.337</u>

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o disposto na legislação e no Estatuto Social, aprovou a redução do capital social no montante de R\$ 864.625 e formalizou em seus atos societários. O Procedimento será realizado conforme trâmites legais, incluindo período para manifestação de credores, nos termos do artigo 174 da Lei 6.404/76. A data da publicação do ato foi em 09 de janeiro de 2025.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre os desdobramentos dessa operação, em observância às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

* * *

René Silva
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro/RI

Daniel Rodrigo Lavorini
Contador CRC 1SP241985/O-5